



IMPLICAÇÕES DAS REDES SOCIAIS PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE EM COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Luana Ferreira dos Santos¹
Ana Paula Teixeira de Campos²
Marco Aurélio Marques Ferreira³
Alair Ferreira de Freitas⁴**

Resumo

Este trabalho buscou compreender de que modo a configuração das redes sociais influencia no acesso aos mercados institucionais como PAA e o PNAE, por intermédio de cooperativas da agricultura familiar. Foi adotado o método do estudo de caso comparativo com duas cooperativas localizadas na Zona da Mata mineira, tendo como objetivo de análise entrevistas realizadas com membros do conselho de administração. Os resultados revelam que a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas desde a gênese das cooperativas. Na cooperativa integrante do PNAE, ao mesmo tempo em que a rede condicionou o acesso à política pública, a participação no

Recebimento: 31/10/2016 • Aceite: 22/11/2017

¹ Mestre em Administração e Bacharel em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa – MG, Brasil. E-mail: luana_agronegocio@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. E-mail: aptcampos@gmail.com

³ Doutor em economia aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com pós-doutorado em administração pública na Rutgers University, The State University of New Jersey (USA). Professor da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. E-mail: marcoufv1@gmail.com

⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. E-mail: alairufv@yahoo.com.br

mercado institucional também contribuiu para a entrada de novos atores na rede. Já na cooperativa que não faz parte do mercado institucional, poucas alterações ocorreram na rede ao longo do tempo. Constatou-se a necessidade de um trabalho precedente à inserção no mercado institucional em cooperativas da agricultura familiar e a importância de se considerar o que ocorre no plano local na análise de diferentes realidades.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cooperativismo. Políticas Públicas. Redes Sociais

IMPLICATIONS OF SOCIAL NETWORKS FOR ACCESS TO PUBLIC POLICIES: ANALYSIS IN COOPERATIVES OF FARM FAMILY

Abstract

The aim of this article is understanding how the configuration of social networks influences the access of institutional market such as the PAA and the PNAE through the cooperatives. A comparative case study was conducted in cooperatives of farm family, located in Minas Gerais – Zona da Mata, and interviews were conducted with the management members of the cooperatives. The results show that social network is determinant for the access to public policies since the genesis of cooperatives. In the cooperative that access the PNAE, while the network conditional access to public policies, the participation in the institutional market also contributed to the entry of new actors on the network. In the cooperative that is not part of the institutional market, little changes occurred in the network over time. It is concluded, there is the need for a previous job to the insertion in the institutional market in cooperative farm family and the importance of analyzing what happens at the local level to the seizure of different realities.

Keywords: Family Farming. Cooperatives. Public Policies. Social Networks.

Introdução

As abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural têm centrado na reconfiguração e dinamização que os espaços rurais vêm passando, sobretudo a partir da década de 1990. No Brasil, a modernização agrícola e a estrutura fundiária foram temáticas dominantes dos estudos rurais entre os anos 1960 a 1980 (NAVARRO, 2001). Nos anos 1990 houve uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento rural no país, acarretada, entre outros fatores, pelo direcionamento das ações estatais para a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2010).

Conforme Silva, Dias e Silva (2014), desde o retorno do período democrático no Brasil, diferentes organizações da sociedade civil, tais como associações, cooperativas e ONGs, colocam-se, muitas vezes, na posição de mediação entre o Estado e as práticas organizativas da população, passando a fazer parte de estruturas de gestão e governança das políticas públicas, tendo a agricultura familiar como foco das intervenções. Os autores relatam que o marco institucional desse novo contexto foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que demarcou uma diferenciação nas até então predominantes políticas agrícolas de fomento à agricultura.

Grisa e Schneider (2014) abordam que, com o surgimento do PRONAF, aparecem outras políticas públicas complementares ao programa, mas todas com o foco no viés agrícola e agrário. A partir da década de 2000, entretanto, a agenda pública para o desenvolvimento rural toma outras direções com a emergência latente de outras temáticas, pautas dos movimentos sociais e de discursos emanados do campo acadêmico, ampliando o escopo da noção de desenvolvimento e diluindo o caráter setorial das políticas de desenvolvimento rural. A partir de então, ações governamentais passam a fiscalizar, por exemplo, a segurança alimentar e nutricional, o que levou à institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A efervescência com que surgem novas abordagens e tematizações sobre políticas de desenvolvimento rural, porém, não foi acompanhada de uma reorientação analítica sobre essas políticas. Percebe-se na literatura, como mostrou Freitas (2015), perspectivas normativas e prescritivas sobre a implementação das políticas, às quais conseguem descrever as suas etapas e recomendarem melhorias, mas pouco exploram sobre a dinâmica local e sua influência, algo importante de ser considerado. Como apresentado no trabalho de

Campos (2014), as redes em que os agricultores familiares estão inseridos, sejam elas pessoais e institucionais, influenciam sobremaneira o acesso e a tradução que os agricultores fazem em relação às políticas públicas.

Em outros termos, a dimensão sociopolítica que caracteriza os ambientes de implementação das políticas públicas são marginalizados analiticamente em análises e avaliações de políticas, assim, elementos subjacentes às diretrizes normativas não são explicitados, como as redes de relações sociais estruturadas localmente. Logo, a relevância de se analisar as políticas públicas a partir de referenciais que considerem a centralidade das relações sociais consiste na análise das dinâmicas sociais locais, que produzem resultados variados às políticas públicas e ressignificam seu aparato normativo, redirecionando-as para rotas não prescritas ao alcance dos objetivos propostos.

Diante das complexas dinâmicas sociais em que se configuram o mundo rural contemporâneo, Schmitt (2011) sugere uma abordagem relacional para os estudos rurais. Para a autora, a rede social é uma ferramenta analítica que permite, por meio, dos estudos das interações sociais no meio rural, interligar atores, objetos, significados e práticas.

A rede social é convencionalmente conceituada na literatura organizacional e sociológica como um conjunto de atores que apresentam relações entre si, de naturezas e estruturas diversas (MARQUES, 1999; SILVA; ZANATA JÚNIOR, 2012). No campo dos estudos rurais, pesquisas destacam o papel dos atores sociais em abordagens distintas de desenvolvimento rural – endógeno e exógeno (TERLUIN, 2003; MURDOCH, 2000) e as especificidades das configurações das redes sociais, que devem ser levadas em conta nas estratégias de desenvolvimento rural (MARSDEN, 1998; GUIMARÃES; 2013).

Uma diversidade de trabalhos (CAMPOS, 2014; FREITAS, 2015; SANTOS, 2016) sinaliza a importância de uma abordagem relacional à análise de políticas públicas e indica a lacuna de investigação sobre o papel das redes sociais. Considerando essas questões, emerge notoriamente a problemática relacionada à como compreender a influência das redes sociais nas dinâmicas decorrentes da articulação de políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente mediadas por organizações coletivas que lhe são representativas no âmbito econômico, como as cooperativas.

Isto consiste em um fenômeno importante para a compreensão de como processos desencadeados por políticas públicas são influenciados por diferentes atores sociais presentes no contexto local, dado que a burocracia para o acesso tem estimulado a constituição de

organizações formais para atuarem como entidades articuladoras entre a produção familiar e o mercado institucional (no caso dos programas governamentais de compra de alimentos).

Diante do apresentado, esse tipo de análise gera o seguinte questionamento à produção do conhecimento: de que forma as redes sociais influenciam o acesso às políticas públicas, por intermédio de cooperativas? De maneira mais específica, definindo o recorte analítico aqui priorizado para a operacionalização da pesquisa, o presente artigo tem como objetivo compreender como as cooperativas da agricultura familiar se articulam nas suas redes sociais e de que modo a configuração das redes influencia no acesso às políticas públicas de compra institucional de alimentos, como o PAA e o PNAE. Para tal, realizou-se um estudo de caso para comparar diferentes experiências – acesso e não acesso – ao mercado institucional.

Revisão de Literatura

Organizou-se uma base teórica que contempla primeiramente as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o papel do cooperativismo no meio rural. Em seguida, apresenta-se o enfoque das redes sociais e sua aplicação no campo dos estudos rurais.

Agricultura familiar, Políticas Públicas e Cooperativismo

Wanderley (2009) define a agricultura familiar como uma modalidade de agricultura em que produção, moradia, economia doméstica, atividade profissional, patrimônio familiar e relações de reprodução socioeconômica se combinam de modo indissociável.

Ploeg, Jingzhong e Schneider (2010) relatam que, no Brasil, a luta contra os desequilíbrios sociais e espaciais e o fortalecimento da agricultura familiar são questões centrais para as políticas públicas voltadas ao meio rural. A centralidade destes objetivos também reflete o engajamento dos movimentos sociais na formação das políticas públicas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa um exemplo da luta dos movimentos sociais pelo direcionamento de políticas públicas para a agricultura familiar. Todavia, com o sistema de crédito rural do PRONAF, diversos gargalos ocorreram na implementação do programa, uma vez que, com a baixa disponibilidade de recursos, houve recusas de empréstimos aos agricultores mais vulneráveis economicamente (ANDREWS, 2004).

Assim, Simão, Silva e Silveira (2014) destacam que, aliadas à transição de governos na esfera federal no ano de 2001/2002, notou-se

a necessidade de criação e fortalecimento de novas intervenções que fossem capazes de ampliar os benefícios socioeconômicos aos produtores rurais de menor renda, que não conseguiam acessar o PRONAF.

Nesse sentido, Grisa (2012) relata que uma ação que se diferenciou do PRONAF foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, no bojo das ações estruturantes do Programa Fome Zero. Como coloca a autora sobre o programa, trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e elementos da política de segurança alimentar e nutricional, visto que o governo federal compra os alimentos de agricultores familiares e distribui para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, para instituições socioassistenciais, escolas da rede pública de ensino, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou destina à formação de estoques.

Ou seja, o que se percebe é que enquanto o PRONAF foi criado como uma política de aporte ao crédito rural, o PAA surgiu como uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem seus produtos, marcado por um cenário de debates sobre a fome e a segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto de discussões, em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também passou a ser uma política pública de compra institucional direcionada para a agricultura familiar.

A Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou das organizações que os representam (BRASIL, Lei nº 11.947/09, art. 14º).

Ploeg (2011) caracteriza o PAA e o PNAE como experiências brasileiras de mercados emergentes aninhados. Marcados por uma especificidade socialmente construída, esses mercados estão aninhados em uma estrutura na qual os recursos locais determinam culturalmente necessidades e expectativas que, juntas, têm um papel estratégico na assistência suplementar do Estado e na multifuncionalidade.

Além dos aspectos citados, as políticas públicas de compra institucional também passaram a incentivar a organização social dos agricultores familiares, haja vista que, diante dos processos burocráticos exigidos, o acesso via cooperativa facilita a sua implementação. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2015), das cinco modalidades do PAA, duas destas (compra

institucional e formação de estoques) exigem que o produtor esteja organizado em cooperativas ou associações para poder ter acesso ao programa. Já o PNAE permite que o produtor acesse tanto individualmente tanto através dessas organizações.

Pelo apresentado, nota-se um direcionamento das ações estatais para a agricultura familiar quando as demandas dos produtores por aporte ao crédito rural entraram na agenda das políticas públicas. Posteriormente, outras reivindicações, como alternativas de comercialização foram atendidas através do PAA e do PNAE, que passaram a incentivar a constituição de organizações formais para a articulação da venda da produção familiar para o mercado institucional. Além disso, para a operacionalização dessas políticas públicas, os atores sociais envolvidos se articulam em redes sociais com diferentes indivíduos, grupos e organizações.

Redes Sociais

A abordagem das redes sociais tem sido utilizada por diversas áreas do conhecimento, seja como fundamentação teórica e/ou metodológica. Marques (1999) conceitua a rede social como sendo “o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo. Esses vínculos possuem diversas naturezas, e podem ter sido construídos intencionalmente ou herdados de outros contextos” (MARQUES, 1999, p. 46).

A abordagem teórica das redes parte também do pressuposto de que os indivíduos em sociedade estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações (SCHMITT, 2011). Além disso, de maneira mais específica, a estrutura e as posições dos atores sociais na rede também influenciam suas ações, projetos, preferências e visões de mundo, assim como o acesso aos distintos recursos de poder dos mais variados tipos (MARQUES, 1999).

No enfoque das redes sociais, atribui-se atenção especial aos padrões de interação que se estabelecem aos tipos de vínculos e à posição dos indivíduos na estrutura reticular (SCHMITT, 2011). Avançando nesta direção, Granovetter (1983) apresenta que as redes sociais são compostas por laços fortes e/ou laços fracos, classificados pelo seu conteúdo e sua intensidade. Os laços fortes são formados por relações de maior proximidade no convívio social e de maior frequência. Já os laços fracos são os vínculos constituídos com pouca frequência nos contatos, mas que oferecem aos atores o acesso a

recursos e a informações que não poderiam ser acessados em seus círculos sociais mais restritos.

No campo dos estudos rurais que utilizam a abordagem das redes sociais, Murdoch (2000) relata que, na sequência dos debates em torno do desenvolvimento rural, as redes podem ter uma utilidade particular para compreender diversas formas de desenvolvimento rural – endógeno e exógeno.

Terluin (2003) destaca que, pelo enfoque do desenvolvimento rural exógeno, o desenvolvimento rural é implantado em regiões específicas e determinado externamente. O desenvolvimento endógeno, por sua vez, é produzido por impulsos locais e os benefícios tendem a ser retidos no local. Existe também um enfoque que combina essas duas abordagens, em que o desenvolvimento rural é considerado como um conjunto de redes nas quais os recursos são mobilizados, o controle do processo produtivo é constituído pela interação de forças externas e internas e os atores sociais estão envolvidos nas redes locais e externas.

De acordo com Murdoch (200), existem dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais. As redes verticais são aquelas que ligam o meio rural ao setor agroalimentar, ou seja, a forma como a agricultura é incorporada aos processos de agregação de valor ao longo da cadeia produtiva. Já as redes horizontais são aquelas que ligam os espaços rurais nos processos mais gerais, isto é, a incorporação da agricultura em atividades que abrangem as economias locais, regionais e até mesmo as urbanas. Logo, as redes verticais estão associadas ao desenvolvimento setorial, ao passo que as redes horizontais ao desenvolvimento territorial.

Marsden (1998) caracteriza as áreas rurais como espaços constituídos por quatro esferas: mercados de alimentos em massa, mercados de alimentos de qualidade; desenvolvimento agrícola e desenvolvimento não agrícola. Cada uma dessas esferas tem uma posição em relação à outra, tendo cada uma sua própria dinâmica temporal e regulatória, envolvendo diferentes redes de atores, agências e relacionamentos com os mercados locais, nacionais e globais. Ou seja, para o autor, o rural pode ser definido como diferentes tipos de espaços, tal como uma série de configurações da rede local ou não local.

Segundo Guimarães (2013), a estratégia de desenvolvimento rural fundamenta-se no fortalecimento das redes sociais que melhor traduzem a sua configuração espacial. Dessa forma, as redes são fundamentais para o funcionamento dos territórios, pois elas

promovem e articulam atores sociais dentro e fora das localidades, possibilitando que diversas ações se concretizem ou que consigam maior apoio para serem empreendidas.

Murdoch (2000) ressalta sobre a importância de se formular políticas públicas de desenvolvimento rural levando em conta a abordagem das redes, pois esta possibilita integrar às questões do desenvolvimento rural internas e externas às áreas rurais em uma mesma estrutura de referência. Além disso, existem diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições pré-existentes, o que faz com que as estratégias adotadas pelas agências de desenvolvimento necessitem se ajustar às diferentes áreas rurais.

No enfoque das redes sociais os atores estão em constante interação e possuem uma relação de interdependência. Logo, compreender a dinâmica de uma rede consiste em analisar a sua estrutura morfológica - quem se relaciona com quem - assim como também o conteúdo dessas relações, isto é, o papel desempenhado pelos atores sociais em determinado contexto local. No âmbito deste estudo, identificar as organizações envolvidas com as cooperativas da agricultura familiar é uma forma de compreender como as cooperativas se articulam nas suas redes sociais e o papel desempenhado pelos atores sociais aos quais elas se relacionam.

Procedimentos Metodológicos

Dados do MDA (2015) apresentam o número de organizações formais da agricultura familiar no estado de Minas Gerais que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Jurídica. A maioria destas é classificada como associações (435), prosseguido pelo número de cooperativas (66) e outras organizações (32), como conselhos, grupos e projetos comunitários, projetos comunitários, institutos, etc.

Para a realização deste estudo, toma-se como unidade de análise cooperativas localizadas na Zona da Mata mineira. Essa região do estado é caracterizada pela existência de pequenas propriedades rurais, fruto de sucessivas divisões de grandes fazendas, resultado do sistema de herança e também da decadência da produção de café que levou à venda e à fragmentação grandes propriedades (NAVES; ROMANO, 2011).

Dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE reforçam com números esse cenário, posto que, do total dos estabelecimentos agropecuários da região, 94,86% possuem uma área menor do que 100

hectares. O referido censo também releva que dos 437.320 estabelecimentos da agricultura familiar de Minas Gerais, 70.912 estão localizados na Zona da Mata, o que representa 14,04% do total. Tem-se também uma predominância de 82% de estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos rurais nessa região. Logo, iniciativas do sentido de gerar o fortalecimento da agricultura familiar, como as cooperativas, são fundamentais para o desenvolvimento da Zona da Mata mineira.

O estudo foi realizado na Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM) e na Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF), localizadas nos municípios de Canaã e Muriaé, respectivamente, situados na Zona da Mata de Minas Gerais. Optou-se por estudar essas cooperativas no intuito de comparar diferentes experiências, visto que os cooperados da COOPAF acessam o PNAE via cooperativa e na COOPRAMM isso não ocorre.

Tem-se como método de pesquisa o estudo de caso comparativo. De acordo com Schneider e Schmitt (1998), pela comparação é lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, identificar continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, construir modelos e tipologias, explicitando determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

As entrevistas foram utilizadas como técnica para coleta de dados, sendo realizadas com membros da diretoria das cooperativas. Na COOPRAMM foram entrevistados o vice-presidente e três membros do conselho fiscal. Na COOPAF entrevistou-se o diretor presidente, a diretora administrativa e dois integrantes do conselho de administração. Todos os entrevistados possuem DAP, enquadrando-se na categoria de agricultores familiares.

A análise de conteúdo foi utilizada como técnica de organização e análise dos dados, com base em Bardin (2010). Utilizou-se o *software* Graphviz - DOT para a elaboração de sociogramas. Esta pesquisa centra-se apenas na construção de uma rede egocentrada, pois como apresenta Silva e Zanata Júnior (2012), as redes egocentradas são redes parciais, construídas a partir da identificação das relações de um ator específico. No caso deste estudo, tem-se como centralidade na construção da rede social a COOPRAMM e a COOPAF.

Silva e Zanata (2012) revelam que existem dois tipos de informações centrais na análise das redes sociais: a estrutura das relações entre os atores da rede (quem se relaciona com quem) e o conteúdo das relações (sentido, intensidade, formalização, duração).

Nesse estudo, apesar do sociograma representar a estrutura das redes sociais das cooperativas, o foco não é o cálculo das relações métricas que caracterizam a sua morfologia, mas sim na descrição das relações entre os atores, identificando através da percepção dos entrevistados, a natureza das relações sociais e suas especificidades.

Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentam-se as redes sociais compostas pelo conjunto de organizações que se relacionam com a COOPRAMM e a COOPAF e a análise das implicações destas redes para o acesso às políticas públicas.

Redes sociais da COOPRAMM e da COOPAF

Para melhor compreensão do papel desempenhado pelos atores sociais desde a constituição das cooperativas até o ano de 2015, este estudo buscou identificar organizações que fizeram parte das redes sociais das cooperativas em diferentes contextos. Classificou-se a natureza das relações sociais em relações de apoio institucional, parceria e comercial.

As relações de apoio institucional são aqueles em que há liberação de recursos financeiros, concessão da sede ou disponibilização de funcionários por parte das organizações participantes da rede. As relações de parceria estão associadas ao apoio com assistência técnica, cursos, prestação de serviços, projetos, palestras. Já as relações comerciais são aquelas que envolvem transações comerciais dos produtos das cooperativas.

A rede da COOPRAMM começou a ser formada no ano de 2001, quando se institui a Associação dos Produtores de Canaã. Nesse processo, a EMATER, a prefeitura e o MDA foram organizações que compuseram a rede. O vínculo com a EMATER pode ser caracterizado como uma relação de parceria através das ações de assistência técnica e extensão rural. O vínculo com o MDA e com a prefeitura marcam relações de apoio institucional devido ao consentimento de recursos financeiros para a construção dos galpões de beneficiamento de milho e de café, no caso do MDA, e pelo acordo de concessão da sede, no caso da prefeitura.

Após a finalização da construção dos galpões, no ano de 2006, a associação não desenvolveu mais relações com o MDA. Em 2012, a Associação dos Produtores de Canaã passou a se chamar Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM). Quando

constituída, a COOPRAAM era formada por 37 cooperados, sendo que no ano de 2015 esse número caiu para 20.

No ano de 2012, quando a COOPRAMM começou a comercializar fubarina, uma nova organização começou a se relacionar com a cooperativa, que corresponde a uma empresa agrícola - na figura do atravessador, ao qual a cooperativa vendia sua produção, sendo marcada por uma relação estritamente comercial. Outra organização que a COOPRAMM passou a se relacionar é a empresa responsável pelas demonstrações contábeis - na figura do contador, constituindo uma relação comercial entre cliente e colaborador.

Assim, percebe-se que desde a criação da associação até a constituição da COOPRAMM algumas alterações ocorreram na morfologia da rede, destacando a saída do MDA e a entrada das empresas agrícola e de contabilidade. A EMATER manteve a relação de parceira com a cooperativa e a prefeitura intensificou seu apoio com a disponibilização de dois funcionários encarregados da limpeza da sede e do processamento do milho.

A partir do ano de 2014, a empresa agrícola não compõe mais a rede da COOPRAMM, pois os cooperados passaram por diversos problemas para a comercialização da fubarina, implicando em prejuízos. Conforme relato, a COOPRAMM tenta firmar um acordo com uma cooperativa da região sul de Minas Gerais para a comercialização do café em conjunto. Contudo, como até o momento da pesquisa essa parceria não foi oficializada, essa organização não entrou na rede.

No ano de 2015, a estrutura da rede da COOPRAMM é formada pelas seguintes organizações: prefeitura, EMATER, empresa de contabilidade e Universidade Federal de Viçosa (UFV). A prefeitura continuou prestando apoio para a cooperativa e mesmo com a transferência do técnico da EMATER para um escritório de outro município, ele ainda continua participando das atividades da cooperativa. Trata-se de um cenário em que a cooperativa é tutelada por essas organizações, apresentando uma completa dependência, principalmente da prefeitura, para que ela funcione. A empresa de contabilidade permanece prestando os serviços contábeis para os cooperados, que são responsáveis pelos demais procedimentos administrativos. A UFV também é uma organização que passou a fazer parte da rede por meio da realização de um projeto voltado para a capacitação da gestão para o acesso ao mercado institucional. O Quadro 1 sumariza os atores sociais que participaram da rede da cooperativa nos diferentes contextos citados.

Quadro 1: Caracterização da rede social da COOPRAMM em diferentes contextos

Ano	Organizações da rede social	Natureza das relações sociais
2001	EMATER Prefeitura MDA	Parceria Apoio institucional Apoio institucional
2012	EMATER Prefeitura Empresa agrícola Empresa de contabilidade	Parceria Apoio institucional Comercial Comercial
2015	EMATER Prefeitura Empresa de contabilidade UFV	Parceria Apoio institucional Comercial Parceria

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016. Elaborado pelos autores.

Em relação ao município de Muriaé, a primeira mobilização para a organização social dos agricultores familiares foi com a criação da Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais (AIPAT), no ano de 2001, protagonizada pelos próprios agricultores. A rede da cooperativa foi formada pelas organizações que participaram para a criação da AIPAT, sendo elas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), todas vinculadas a sociedade civil.

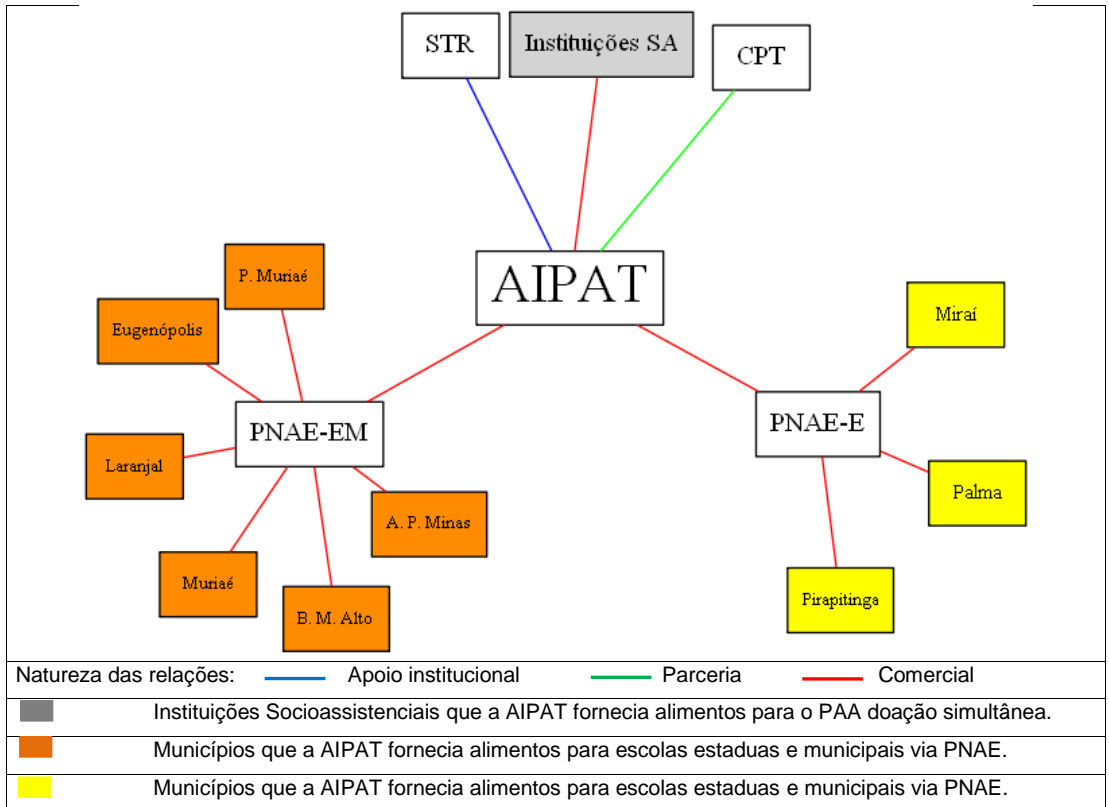
O STR e a CPT foram referências fundamentais para mobilizar os agricultores sobre a importância de estarem organizados para reivindicarem suas demandas e usufruírem dos benefícios da cooperação. Pode-se dizer que o STR desenvolveu uma relação de apoio institucional (financeiro e político) com a AIPAT, pois além da questão da organização dos agricultores, o sindicato disponibilizou uma sede para organização e desde então passou a ajudá-la também com recursos financeiros. A associação manteve uma relação de parceria com a CPT, visto de que esta passou a colaborar nos trabalhos de representação da AIPAT na participação de reuniões, fóruns, etc.

Não obstante a importante constatação de diferentes naturezas que caracterizam os vínculos estabelecidos pela AIPAT com outras organizações, é importante também sublinhar que estas organizações, imersas social e historicamente no movimento político da agricultura familiar, contribuiu consideravelmente para construir uma racionalidade cooperativa e política ao grupo. O processo de

cooperação em prol do fortalecimento da agricultura familiar, marcado pelo cunho político de formação do sindicalismo, parece mesmo ter induzido maior protagonismo dos agricultores familiares, o qual transpôs o âmbito de representação da categoria trabalhador rural, com o sindicato, e se interpõe no organizativo e no econômico, influência o acesso da AIPAT a políticas públicas e na constituição de parcerias.

Um importante evento histórico na trajetória desse grupo foi o acesso ao PAA, em 2006, e ao PNAE, em 2010. Conseguir acesso a esses programas de compra governamental de alimentos foi uma oportunidade para ampliar a comercialização de produtos da agricultura familiar, mas trouxe o desafio de articulação com outras organizações locais, já que a implementação passava pela relação com escolas, secretaria municipal de educação, entidades socioassistenciais, dentre outras. Portanto, além de contribuir para o crescimento da associação, os programas influenciaram em uma mudança morfológica na rede, pois passou a interagir com diversas outras organizações, assim como mostra a Figura 1.

Figura 1: Rede social da AIPAT a partir do acesso ao PAA e PNAE.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016. Elaborada pelos autores.

As instituições socioassistenciais do PAA doação simultânea e as escolas beneficiárias do PNAE passaram a fazer parte da rede da AIPAT, constituindo uma relação de comercialização. Além de Muriaé, outros cinco municípios da região compravam produtos da AIPAT para a merenda de escolas da rede estadual e municipal, sendo eles: Laranjal, Eugenópolis, Barão de Monte Alto, Patrocínio de Muriaé e Antônio Prado de Minas. Para outros três municípios, Miraf, Pirapitinga e Palma, a associação entregava apenas para escolas estaduais. Ou seja, nove municípios compravam alimentos da AIPAT por meio do PNAE.

Outra organização que também entrou na rede é a EMATER, estabelecendo uma parceria de assistência técnica para os associados.

Vale ressaltar que o STR e a CPT continuam vinculados à AIPAT, intensificando cada vez mais o apoio e a parceria. Em 2011, com a perspectiva de favorecer a comercialização dos produtos, parte dos membros da AIPAT constituíram a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF). A COOPAF começou com 29 associados em 2011, possuindo um quadro de 95 sócios em 2015.

No processo de transição da AIPAT para a COOPAF não houve nenhuma movimentação de comercialização via cooperativa. Apenas em 2012 a COOPAF foi legalizada e entre os anos de 2013 e 2014 foi feito um trabalho com os cooperados e agricultores interessados em associar para explicá-los sobre o funcionamento de uma cooperativa, ao mesmo tempo em que se adequou da documentação desses produtores. Nesse período, os associados da AIPAT não acessavam mais o PAA, somente o PNAE.

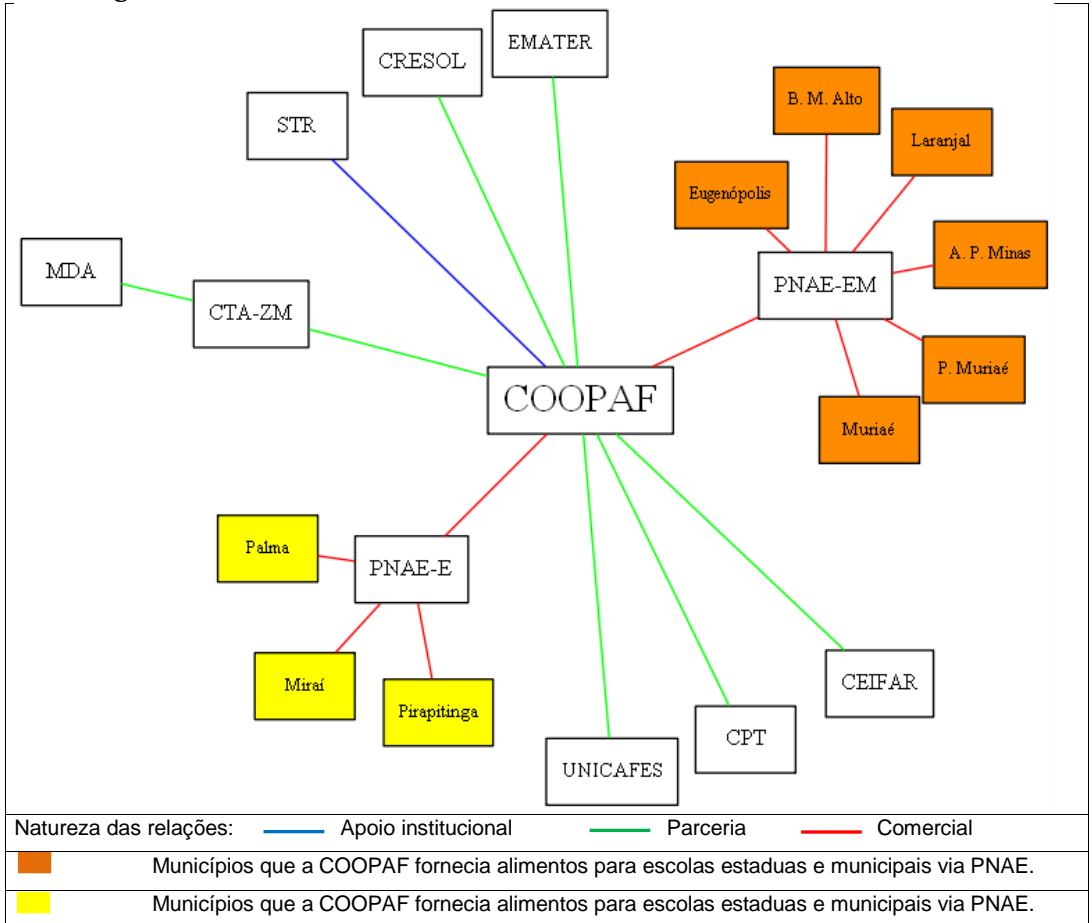
No trabalho de transição da associação para cooperativa, a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-MG) contribuiu na articulação, integração e representação da COOPAF. O diretor presidente e a diretora administrativa da cooperativa também fazem parte da diretoria da UNICAFES-MG, o que reforça a parceria entre essas organizações. Em 2012 a relação de parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) foi fortalecida, pois a cooperativa foi contemplada com ações de projetos dessa organização. Diversas atividades ligadas à prática agroecológica e ao uso da homeopatia no cuidado com rebanho foram desenvolvidas pelo CTA-ZM com os agricultores da COOPAF.

Em 2013, o Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR-ZM) e o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) também passaram a ter uma parceira com a cooperativa, com o apoio aos procedimentos contábeis, no caso da primeira, e na concessão do crédito rural para os cooperados da COOPAF, no caso da segunda.

Em 2014, a COOPAF foi contemplada pelo Programa Mais Gestão do MDA, estabelecendo uma relação de parceria através da oferta de ações de qualificação dos sistemas de gestão ligados à organização, produção e comercialização oferecidos pelo programa, especificamente para o acesso ao mercado institucional. Esse projeto é desenvolvido pelo CTA-ZM. Somente em janeiro de 2015 a COOPAF começou a realizar plenamente os processos de comercialização, vendendo principalmente para o PNAE para as mesmas escolas da rede pública de ensino estadual e municipal, que

também faziam parte da rede da AIPAT. Diante das alterações na morfologia da rede, a Figura 2 a rede social da cooperativa em 2015.

Figura 2: Rede social da COOPAF em 2015



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016. Elaborada pelos autores.

Implicações das Redes Sociais para o acesso às Políticas Públicas

Na constituição da Associação dos Produtores de Canaã, a EMATER e a prefeitura foram organizações que lideraram o processo. Os entrevistados da COOPRAMM relataram não ter passado por muitas dificuldades para a criação da associação e posteriormente da cooperativa, uma vez que contaram com a assistência da EMATER, em que o técnico agrícola tomou a iniciativa de conduzir os

procedimentos. Contudo, afirmou-se que as dificuldades maiores vieram depois, para fazer a cooperativa funcionar.

Em contradição, na AIPAT, os agricultores praticamente não contaram com o apoio de um profissional de assistência técnica no momento da sua constituição. Mas, posteriormente, o apoio da qualificação profissional foi fundamental para o seu desenvolvimento, uma vez que o STR disponibilizou recurso para que um técnico agrícola pudesse atender os associados.

Como aspecto semelhante, observa-se que, tanto em Canaã quanto em Muriaé, a primeira mobilização para a organização social dos agricultores familiares foi na forma de uma associação. Para Rios e Carvalho (2007), muitas vezes as cooperativas surgem primeiramente como associações, sendo estas um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado.

Tanto em Canaã quanto em Muriaé, as associações contavam com o apoio de poucas organizações no ato de constituição, mas que fizeram a diferença para a transição e desenvolvimento das cooperativas e para o acesso às políticas públicas, no caso da COOPAF. Isso é nítido pela forma como a rede da COOPRAMM e da COOPAF se diferenciam a partir do momento que, ainda da forma de associação, a AIPAT insere-se como entidade articuladora do PAA e depois do PNAE. Assim, o apoio contínuo e representação do STR foram fundamentais para o repasse do conhecimento sobre as políticas públicas e no auxílio à sua execução para a associação de Muriaé. A rede da AIPAT então se ampliou com a entrada das entidades beneficiárias do PNAE dos municípios da região, assim como também com as vendas para o PAA formação de estoques.

Desde 2009, durante todo o período de transição de associação para cooperativa, os agricultores da COOPAF sempre acessaram o PNAE por intermédio da associação. Com o crescimento das vendas do PNAE, eles optaram por não acessar mais o PAA, por aspectos relacionados ao preço, logística de entrega, questões burocráticas e sanitárias.

Fenômeno semelhante foi encontrado no estudo de Cunha (2015), que, ao analisar os efeitos das políticas públicas de compra governamental para agricultura familiar no município de Espera Feliz, o autor constatou que a operacionalização do PAA no município apresentou desafios mais acentuados quando comparados ao PNAE, como o menor preço pago aos produtores, assim como também a maior demora na aprovação do projeto e no prazo de recebimento dos recursos financeiros.

Na COOPRAMM, pela rede que marca o seu processo de constituição, nota-se a entrada de duas novas organizações, representadas pela empresa agrícola e a empresa de contabilidade. As vendas da cooperativa eram feitas para um atravessador, o que trouxe sérias implicações para os demonstrativos financeiros da organização, pois os agricultores estavam vendendo a fubarina a um preço que não compensava os custos de processamento do milho.

Pode-se constatar como o mercado no qual a cooperativa está inserida também é de fundamental relevância para o seu desenvolvimento, pois o preço pago, a garantia da venda, o desenvolvimento regional e o consumo de alimentos agroecológicos foram algumas das vantagens citadas pelos entrevistados da COOPAF sobre os benefícios de se vender para o mercado institucional, enquanto os entrevistados da COOPRAMM possuem entre os seus principais desafios, a forte presença do atravessador na região.

Assim, a inserção qualificada no mercado representa um aspecto importante para geração de vantagens competitivas quando os produtores estão organizados em cooperativas. Como menciona Pires (2010), o cooperativismo representa a institucionalização de um espaço social, político e econômico no qual os agricultores podem potencializar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Enquanto a COOPAF ainda funcionava como associação (AIPAT), os encargos para comercialização eram altos, o que também impulsionou a criação da cooperativa. Depois da decisão por sua constituição em 2011, um longo caminho foi percorrido até 2015, ano no qual a organização passou a funcionar plenamente na implementação do PNAE. Atrelado a esse período de transição, a entrada de novos atores na rede (CTA-ZM, CRESOL, CEIFAR-ZM, UNICAFES-MG) foi de extrema importância para o acesso ao programa.

A venda para o PNAE é o negócio chave da COOPAF, que desde a época em que a comercialização era feita por meio da associação, atende a nove municípios na região de Muriaé. Assim, nota-se que o PNAE vem contribuindo para um modelo de desenvolvimento que combina fatores endógenos e exógenos, uma vez que o desenvolvimento da região está sendo proporcionado por redes nas quais os recursos são mobilizados, o controle do processo produtivo é constituído pela interação de forças externas e internas e os atores das regiões rurais estão envolvidos em redes locais e externas (TERLUIN, 2003).

Com a entrada de novos membros na rede da COOPAF, foi possível observar que assim como a rede promoveu alterações no conjunto de vínculos da cooperativa, a política pública também condicionou a entrada de novas organizações na rede, como por exemplo, as escolas beneficiárias dos municípios que a cooperativa entrega alimentos por meio do PNAE.

Fato similar é observado no estudo de Freitas (2015), que ao analisar como a configuração da rede influenciou o processo de implementação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Território Serra do Brigadeiro, o autor verificou que a morfologia da rede promoveu inflexões na trajetória da política pública e conduziram-na por vias específicas, mas a própria política também influenciou a morfologia da rede, ampliando os contatos e aproximando grupos divergentes e atores historicamente separados.

Já na COOPRAAM, poucas alterações ocorreram nas redes sociais ao longo do tempo. Poucos cooperados participam ativamente das atividades da cooperativa e, além disso, os membros da diretoria carecem de procedimentos regulares de gestão, ficando a necessidade de um maior treinamento para que eles possam ter menos dificuldades na administração da cooperativa, visto que não possuem recursos para a contratação de um profissional. Embora os agricultores da COOPRAMM não sejam beneficiários do PAA ou PNAE, existe interesse por parte deles em acessá-los com a intermediação da cooperativa. No entanto, observa-se a necessidade de um trabalho precedente de estruturação interna da mesma, para assim, realizar ações voltadas para o acesso ao mercado institucional.

Nesse sentido, Campos (2014) buscou compreender como as redes sociais às quais diferentes tipos de agricultores se inserem interferem no acesso, tradução e interface em relação às políticas públicas. A autora ressalta que, o acesso a uma determinada política pública muitas vezes deve ser precedido por estratégias mais importantes, colocando como exemplo a situação de meeiros que não possuem acesso a terra como um fator limitante para acessar políticas públicas, como o PRONAF, o PAA e o PNAE.

No caso desta pesquisa, os principais fatores limitantes da COOPRAMM para a inserção no mercado institucional estão relacionados aos gargalos no processo de gestão, a pouca participação dos cooperados nas atividades da cooperativa e a própria morfologia da rede, pois não há atores que motivem/auxiliem a cooperativa para acessar o mercado institucional. O trabalho de Santos (2016) caracteriza esses fatores limitantes para a inserção de cooperativas no mercado institucional como barreira inibidoras do desempenho, uma

vez que estas barreiras comprometem o desenvolvimento e crescimento das cooperativas.

Existem organizações no qual as relações antecederam a constituição das cooperativas e sempre estiveram presentes nas redes sociais, destacando a prefeitura e a EMATER na COOPRAMM e o STR e a CPT na COOPAF. Tem-se uma relação mais estreita dessas organizações com as cooperativas, o que indica a presença de um tipo de vínculo caracterizado por Granovetter (1983) como laços fortes, que são relações de maior proximidade no convívio social e maior frequência, que proporcionam amparo e segurança.

No entanto, os elos estabelecidos por meio de laços fracos também são essenciais para o desenvolvimento das cooperativas. Isso porque, para Granovetter (1983), a importância desse tipo de vínculo está na capacidade inovadora que ele oferece, pois os laços fracos proporcionam aos atores sociais o acesso a recursos e a informações que não poderiam ser acessados em seus vínculos mais restritos. Na COOPAF, os laços fracos foram fundamentais para transpor a venda da produção de mercados privados restritos para os mercados institucionais de diferentes municípios da microrregião de Muriaé. Por exemplo, a parceria com o CTA-ZM, que executa o Programa Mais Gestão do MDA, possibilitou maior qualificação para a participação no PNAE.

Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa revelam que a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas de compra governamental desde a própria gênese das cooperativas. O engajamento dos atores sociais envolvidos na constituição da COOPAF e da COOPRAMM teve consequências diretas para a inserção no mercado institucional. Isso porque, na COOPAF, o apoio de organizações como o STR e a CPT desde a sua criação desencadeou em futuras oportunidades de acesso ao PAA e depois ao PNAE, devido ao fato de que essas organizações desempenharam um suporte contínuo na representação dos agricultores familiares, na transferência de informações sobre as políticas públicas, além do apoio financeiro (por parte do STR).

Já na COOPRAMM, das organizações que compuseram as redes sociais desde sua criação, destaca-se a presença da prefeitura e da EMATER. No entanto, apesar do apoio contínuo dessas organizações, não houve uma mobilização para o acesso às políticas públicas por parte destas. Trata-se de um cenário em que a

cooperativa é tutelada por essas organizações, apresentando uma completa dependência, principalmente da prefeitura, para que ela funcione.

Ressalta-se também a necessidade de um trabalho precedente às estratégias para à inserção no mercado institucional na COOPRAMM, uma vez que existem fatores internos à cooperativa que estão inibindo o seu desempenho, como por exemplo, as dificuldades nos processos administrativos e a baixa participação dos associados. Logo, evidencia-se a importância do apoio das organizações que compõem sua rede e do estabelecimento de novas parcerias que vão contribuir para o seu desenvolvimento, e conseqüentemente, o acesso às políticas públicas.

As constatações desse estudo revelam que a necessidade da análise do plano local fica nítida quando se observa o contexto em que a COOPRAMM e a COOPAF estão inseridas. É possível notar que, na medida em que as organizações estão inseridas em redes sociais mais estruturadas, com atores mais engajados para o seu desenvolvimento, como na COOPAF, propicia-se maior acesso às políticas públicas para a agricultura familiar.

Assim sendo, o que ocorre no plano local é um importante contributo que deve ser levado em conta quando se compara diferentes realidades, dado que, quando um problema público entra para a agenda governamental e se torna uma política pública, na medida em que essa política é implementada, os atores locais assumem diferentes papéis, que podem contribuir ou não para a efetividade das políticas públicas. Ademais, a análise das redes sociais mostra-se uma ferramenta analítica importante na compreensão dos processos desencadeados pelas políticas públicas e das dinâmicas sociais no meio rural.

Referências

ANDREWS, C. W. Anti-poverty policies in Brazil: reviewing the past ten years. *International Review of Administrative Sciences*, v. 70, n. 3, p. 477-488, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em: 05 mar. 2015.

CAMPOS, A. P. T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2014.

CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2015.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG), 2015.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*. v. 1. p. 201-233, 1983.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 26 jan. 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, out. 1999.

MARSDEN, T. New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Emissão de **Extrato de DAP**. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaTitular.aspx>> Acesso em 25 maio 2015.

MURDOCH, J. Networks - a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, v. 16, p. 407-419, 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p83-100, 2001.

NAVES, F; ROMANO, J. Significados de luta: um olhar sobre a “conquista de terras” na Zona da Mata de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 1, p.11-21, 2011.

PIRES, M. L. L. e S. Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação? **Jornadas Nacionales de Extensión Rural**, v. 15, p. 6-8, out. 2010.

PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 27, p. 114-140, 2011.

PLOEG, J. D. van der.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Rivista di Economia Agraria**, a. LXV, n. 2, giugno 2010.

RIOS, G. S. L.; CARVALHO, D. M. Associações de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas. ESAC. **Economia Solidária e Ação Cooperativa (UNISINOS)**, v. 2, p. 139/05-146, 2007.

SANTOS, L. F. **Cooperativismo, políticas públicas e redes sociais: perspectivas para a promoção do desenvolvimento rural**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2016.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3 (119), p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, M. G. da; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

SILVA, M. K.; ZANATA Jr., R. Dossiê Redes Sociais. **Revista USP**, São Paulo, n. 92, p. 114-130, 2012.

SIMÃO, G. L; SILVA, E.A; SILVEIRA, S.F.R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 533-548, 2014.

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, v.19, p. 327-344, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.